

9 JAN 1980

Proposta coerente

O “choque liberal” proposto pelo economista Daniel Dantas ao presidente Fernando Collor causou tanto espanto a empresários e a burocratas que o próprio Dantas, depois de ter sido exposto pela equipe de Zélia Cardoso de Mello, viu-se na contingência de ter de negá-lo. Se paira dúvida agora sobre se de fato propôs ou não isto é menos importante do que a certeza de que a proposta é a melhor e mais coerente com as necessidades deste momento.

O que é “choque liberal” senão a materialização da proposta eleitoral de Collor de restabelecer a economia de mercado, e portanto de risco, no País? A eleição de Fernando Collor, quer tenham ou não os eleitores racionalizado a idéia, foi a opção entre liberdade de mercado e intervencionismo. Este último era o método de Lula, o que parte do pressuposto de que as forças sociais não estão organizadas no Brasil o suficiente para prescindirem da presença fomentadora e arbitral do Estado. As diferenças entre um método e outro não foram debatidas na campanha eleitoral, nem talvez pudessem sê-lo dada a insensibilidade da imensa maioria do eleitorado em face desses hermetismos.

Mas nem por isso a opção deixou de ser feita.

O que o economista Daniel Dantas propôs foi pura e simplesmente a liberação total da economia para valorizar o papel e a responsabilidade de cada, em face do processo econômico.

A supressão do controle de preços — idéia central da proposta — é uma imposição da opção eleitoral por Collor. Ela restabelecerá a livre concorrência no

mercado impedindo ou dificultando os cartéis que se formaram ao abrigo do CIP. É muito cômodo para o empresário ter seus preços reajustados pelo governo porque assim eles passam a ser preços setoriais e não individuais e também porque a sociedade tende, neste caso, a não discuti-los. Até por ser inútil discutir preços cartelizados.

O “calote” branco da dívida pública não tem nada demais. Ele não representa um confisco, nem retenção compulsória como fez a Argentina, mas simples supressão da correção monetária, absolvendo-se o Estado de pagar aquilo que efetivamente não deve, a remuneração de depósitos à vista. A supressão da correção monetária está perfeitamente coerente com a desregulamentação porque a oferta de moeda remunerada pelo governo é uma anomalia sob qualquer ângulo de análise. Ela subverte a correlação de forças em face do conflito distributivo, premiando os que detêm moeda em prejuízo dos que detêm meios de produção. Ela também cria inflação porque projeta para o futuro o desempenho passado e também porque torna a inflação indolor, criando até nos assalariados e pequenos poupadores a idéia de que estão ganhando cada vez mais dinheiro. A correção monetária permite que a inflação seja inofensiva para com o dinheiro dos particulares mas gravemente ofensiva ao dinheiro público. Sobretudo, a correção monetária vem destruindo o conceito de poupança no Brasil ao dar-lhe tratamento igual aos depósitos à vista.

Uma vez feita a opção política pelo livre mercado temos que ser coerentes. Tem-se que usufruir seus bônus e arcar com seus ônus.